Inquérito Civil nº 06.2015.00006293-3

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado por sua Promotora de Justiça **Sonia Maria Demeda Groisman Piardi**, no uso de suas atribuições legais, e **CCL Comércio de Alimentos Ltda. EPP**, nome fantasia **Casa do Chico**, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no CNPJ sob o nº 13.532.444/0001-10, neste ato representada por **Fabiana Boll**, brasileira, empresária, CPF n. 061.969.109-30, com endereço comercial na Av. das Rendeiras, 1620, Lagoa da Conceição, nesta cidade, doravante denominado compromissário, com a interveniência da **Vigilância Sanitária Municipal de Florianópolis**, neste ato representada pela fiscal, **Aurélia Petry**, têm, entre si, justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão público encarregado de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigo 129, III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a possibilidade do Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no § 6º do art. 5º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação, conforme os artigos 196 da Constituição da República e 153 Constituição do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o contido no art. 197, da CRFB, que estabelece ser "de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle;

CONSIDERANDO que, segundo o art. 81 do Código de Defesa do Consumidor, compete ao Ministério Público, como um dos instrumentos da política das relações de consumo, a proteção dos chamados interesses transindividuais dos consumidores, assim entendidos os interesses difusos, interesses coletivos propriamente ditos, e individuais homogêneos de origem comum;

CONSIDERANDO que é direito básico do consumidor a proteção à vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos, nos termos do art. 6º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 10 da Lei n. 8.078/90, "o fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança";

CONSIDERANDO que a Lei n. 8.078/90, em seu artigo 18, § 6º, inciso II, dispõe que "são impróprios ao uso e consumo: os produtos deteriorados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação";

CONSIDERANDO que pelo art. 39, VIII do Código de Defesa do Consumidor, *é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes;*

CONSIDERANDO que a União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente, e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, devem baixar normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos, e que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem fiscalizar e controlar a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias, nos termos do art. 55, caput e § 1º, do CDC;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 8.137/90, em seu art. 7º, IX, preconiza constituir crime contra as relações de consumo *vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo;*

CONSIDERANDO que o Centro de Apoio Operacional do Consumidor elaborou o Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal, objetivando reprimir a produção e a comercialização de produtos de origem animal impróprios para o consumo, o qual vem sendo realizado com a cooperação técnica dos órgãos encarregados da inspeção e fiscalização de produtos de origem animal. Mais, que o referido Programa fixa critérios e normas de ação conjunta para garantir a qualidade dos produtos entregues para consumo, bem como a preservação ambiental e o combate à sonegação fiscal, conforme o Termo de Cooperação Técnica n. 03/99 e o Convênio de Cooperação Técnica nº 021/2002;

CONSIDERANDO que se entende por estabelecimento de produtos de origem animal qualquer instalação ou local nos quais são abatidos ou industrializados animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados com finalidade industrial ou comercial, a carne e seus derivados, a caça e seus derivados, o pescado e seus derivados, o leite e seus derivados, o ovo e seus derivados, o mel e a cera de abelhas e seus derivados, e produtos utilizados em sua industrialização (artigo 8º do Decreto Federal n. 30.691/52);

CONSIDERANDO que é obrigatória a prévia fiscalização, sob o ponto de vista industrial e sanitário, de todos os produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis,

preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados, em trânsito e comercializados, nos termos do artigo 1º da Lei Estadual n. 8.534/92;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual n. 3.748/93 dispõe, no Título III, sobre as condições para funcionamento dos estabelecimentos de produtos de origem animal e, no Título V, acerca dos critérios para a manutenção da higiene de tais estabelecimentos;

CONSIDERANDO o fixado no artigo 30 da Lei Estadual n. 6.320/83, no sentido de que toda pessoa que produza, fabrique, transforme, comercie, transporte, manipule, armazene ou coloque à disposição do público, inclusive ao ar livre, alimentos e/ou bebidas, deve obedecer aos padrões de higiene e salubridade estabelecidos em lei e regulamento;

CONSIDERANDO os resultados das ações conjuntas que vêm sendo realizadas neste Município pelo Ministério Público, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, Vigilância Sanitária Municipal e Estadual, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Polícia Militar, desde dezembro de 2014, desencadeadas a partir da instauração do Inquérito Civil n. 06.2014.00010150-6, visando coibir a comercialização de produtos de origem animal sem procedência e em condições impróprias para o consumo; verificar as condições de higiene dos estabelecimentos e equipamentos; e fiscalizar o cumprimento das normas sanitárias previstas, conforme orientações contidas no Programa de Proteção dos Consumidores de Produtos de Origem Animal - POA;

CONSIDERANDO que o restaurante Casa do Chico, nome empresarial: CCL Comércio de Alimentos Ltda. EPP, CNPJ n. 13.532.444/0001-10, localizado na Av. Das Rendeiras, 1620, Lagoa da Conceição, nesta cidade, foi vistoriado no dia 10 de dezembro de 2015, quando os fiscais da VISA Municipal constataram a necessidade de adequações na área física e o armazenamento de, aproximadamente, 327,7 kg de produtos de origem animal congelados sem procedência (pescados e produtos pré-elaborados à base de frutos do mar), os quais foram apreendidos para inutilização, conforme Autos de Intimação n.ºs 013631, 013632 e 13633;

CONSIDERANDO que o estabelecimento voltou a ser vistoriado no dia 19/4/2016, tendo sido constatado, novamente, a necessidade de adequações na estrutura física do local e nos procedimentos operacionais praticados (descongelamento de alimentos em temperatura ambiente e a ausência de identificação dos alimentos pré-elaborados ou fracionados, os quais não continham informações sobre data de produção, validade, procedência, etc.), e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das instalações e procedimentos realizados no Restaurante Casa do Chico às normas sanitárias vigentes visando garantir a saúde e a segurança da consumidor,

RESOLVEM

Celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA - TAC , com fulcro no § 6º do artigo 5º da Lei n. 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

1. O COMPROMISSÁRIO compromete-se ao estrito cumprimento das

normas sanitárias vigentes aplicáveis ao comércio de alimentos em restaurantes, em especial:

- a) não adquirir, armazenar, utilizar ou comercializar produtos de origem animal sem procedência ou registro nos órgãos competentes (**imediatamente**);
- b) identificar e fazer constar a data de preparo e prazo de validade em todos os produtos pré-elaborados ou fracionados para uso no estabelecimento, e, nos produtos de origem animal, indicar, ainda, a procedência (**imediatamente**);
- c) manter o ambiente de todo o estabelecimento criteriosamente limpo, inclusive, armários, utensílios, equipamentos, etc. (**imediatamente**);
- d) utilização de uniforme regulamentar (de cor clara) por todos os funcionários da área de produção (**imediatamente**);
- e) não realizar o descongelamento de alimentos em temperatura ambiente, apenas sob refrigeração, conforme legislação vigente (**imediatamente**);
- f) providenciar atestado de saúde e certificado de realização de curso de manipulação de alimentos, ministrado por empresa credenciada junto a VISA Municipal, para todos os seus funcionários (**imediatamente**);
- g) instalar ralos escamoteáveis;
- h) reparar ferrugem nos equipamentos refrigeradores e congeladores, bem como as falhas na vedação destes (**15 dias**);
- i) reparar pisos danificados (**30 dias**);
- j) manter alvará sanitário vigente;

2. O cumprimento das obrigações contidas neste instrumento não exime a **COMPROMISSÁRIA** de atender às demais exigências legais dos órgãos fiscalizadores, muito menos representa obstáculo às ações fiscalizatórias independentes;

3. Para a comprovação do descumprimento do avençado nas cláusulas acima, basta a emissão de relatório, auto de intimação, constatação ou de infração, ou, ainda, documento próprio lavrado por quaisquer dos órgãos de fiscalização ou por servidor do Ministério Público ou Judiciário.

CLÁUSULA SEGUNDA: MEDIDA COMPENSATÓRIA

1. O **COMPROMISSÁRIO**, a título de medida compensatória, pagará o valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**, ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, mediante boleto bancário, dividido em quatro parcelas iguais, com primeiro **vencimento no dia 31/08/2016**, cujos boletos serão entregues ao **COMPROMISSÁRIO**, emitidos através do sistema "FRBL – Valores Recebidos" (os boletos

deverão ser pagos na rede bancária e não será aceito após o vencimento, caso em que outro deverá ser obtido pelo **COMPROMISSÁRIO** nesta Promotoria de Justiça). O valor estabelecido segue o disposto no artigo 8º, parágrafo único, alíneas b, c, d, h, i, j, k, l, m e n do assento n. 001/2013 do CSMP.

Parágrafo único. Para a comprovação desta obrigação, o **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a apresentar a esta Promotoria de Justiça fotocópia do comprovante de pagamento, em até 10 (dez) dias após o prazo estabelecido no item acima, o que pode ser feito através do e-mail: capital33pj@mpsc.mp.br;

CLÁUSULA TERCEIRA: CLÁUSULA PENAL

1. Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, o **COMPROMISSÁRIO** ficará sujeito à multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste instrumento, cujo valor será atualizado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde o dia de cada prática infracional até o efetivo desembolso, devendo tal valor ser revertido ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, sem prejuízo da imediata interrupção das atividades;

2. Para a comprovação do inadimplemento e viabilização da execução da multa de que trata o item supra, prestam-se quaisquer documentos expedidos pelos órgãos de fiscalização competentes (relatórios de inspeção, autuações etc.), ou outras modalidades de prova em direito admitidas.

CLÁUSULA QUARTA: COMPROMISSO DO INTERVENIENTE

O órgão interveniente (VISA Municipal), nos próximos 2 (dois) anos, contados a partir desta data, deverá proceder à inspeção do **COMPROMISSÁRIO**, semestralmente, sem prévia comunicação, a fim de verificar o atendimento das normas sanitárias vigentes e, conseqüentemente, o cumprimento do ora ajustado, encaminhando relatório e cópia de eventuais autuações expedidas à 33ª Promotoria de Justiça da Capital, no prazo de até **30 (trinta) dias** contados da fiscalização.

CLÁUSULA QUINTA: COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO CATARINA** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do **COMPROMISSÁRIO**, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

CLÁUSULA SEXTA: FORO

As partes elegem o foro da Comarca da Capital para dirimir controvérsias decorrentes do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

E, por estarem assim compromissados, firmam este TERMO em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Florianópolis, 11 de agosto de 2016

Sonia Maria Demeda Groisman Piardi
Promotora de Justiça

Fabiana Boll
Compromissária
Restaurante Casa do Chico

Aurélia Petry
Fiscal - Vigilância em Saúde
Interveniente